



JUVENILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Robson Ribeiro Reis¹, Selma dos Santos²

¹ Especialista em Política do Planejamento Pedagógico, Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Vice diretor Centro Integrado de Educação Assis Chateaubriand, Núcleo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores – NUFOP/UEFS. robson.reis@nova.educacao.ba.gov.br

² Doutora em Educação e Contemporaneidade. Professora Departamento de Educação – Universidade Estadual de Feira de Santana, Núcleo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores – NUFOP/UEFS e Grupo de Pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico – TSPPP/UNEB. selpibid@uefs.br

EIXO TEMÁTICO: 5. MUNDO DO TRABALHO E JUVENILIZAÇÃO DA EJA

RESUMO

Esta pesquisa problematiza que relação há entre a juvenilização da Educação de Jovens e Adultos a partir da Emergência em Saúde Pública provocada pela pandemia da Covid-19 e seus efeitos sobre o funcionamento das escolas públicas. Tem como objetivo, analisar o processo de juvenilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), compreendendo suas causas, implicações e desafios pedagógicos e sociais. Busca-se identificar os motivos que levam os jovens a migrar do ensino regular diurno para o noturno, especialmente a necessidade de conciliar trabalho e estudo, e refletir sobre como esse fenômeno exige o repensar das práticas educacionais para atender às especificidades e às realidades das juventudes populares inseridas na EJA.

A juvenilização da EJA é um processo que se caracteriza pela migração crescente de estudantes do ensino regular diurno para as turmas do noturno. Esse fenômeno revela uma mudança no perfil do público atendido pela Educação de Jovens e Adultos, que, tradicionalmente, destinava-se a pessoas adultas que não haviam concluído a escolarização básica na idade adequada (Reis e Santos, 2023). A partir do diálogo com os estudantes e da aplicação e sistematização dos dados coletados, em um questionário aplicado em 2022, durante pesquisa empírica constatamos que a faixa etária predominante entre os matriculados situa-se entre 15 e 19 anos, evidenciando o protagonismo juvenil nesse contexto.

A pandemia de Covid-19 trouxe novos desafios e transformações para a Educação de Jovens e Adultos, intensificando problemas já existentes e revelando novas dinâmicas de exclusão escolar. A suspensão das aulas presenciais, as dificuldades de acesso à internet e à tecnologia, e as condições socioeconômicas precárias de grande parte dos estudantes resultaram em evasão, desmotivação e defasagem de aprendizagem. Ao mesmo tempo, esse contexto provocou reflexões sobre a importância de repensar as práticas pedagógicas, adaptando-as às especificidades dos jovens e adultos que compõem a EJA.

Desse modo, a juvenilização da EJA não deve ser entendida apenas como um fenômeno quantitativo, mas como um indicador das contradições sociais e educacionais que marcam a realidade brasileira. Ela evidencia tanto a exclusão e o fracasso escolar enfrentados por muitos jovens no ensino regular, quanto a resistência e o desejo de reconstruir trajetórias



interrompidas. Repensar a EJA a partir desse novo perfil discente implica reconhecer as singularidades das juventudes populares e construir propostas pedagógicas que dialoguem com suas experiências, necessidades e projetos de vida.

Os motivos que levam esses jovens a buscar o ensino noturno estão, em sua maioria, relacionados à necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, seja para contribuir com a renda familiar, seja para garantir a própria subsistência. Muitos assumem, ainda, o papel de arrimo de família, o que impõe a conciliação entre o trabalho e os estudos, tornando o período noturno a única alternativa viável para a continuidade da escolarização.

O locus da pesquisa é o Centro Integrado de Educação Assis Chateaubriand (CIEAC), código INEP: 29093457, código SEC: 1105754. O CIEAC é uma unidade escolar de porte especial, tem atualmente (outubro de 2025) 3.270 (três mil quatrocentos e dez) alunos matriculados entre os Anos Finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio, o Novo Ensino Médio, a Regularização de Fluxo - RFF e a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), totalizando 102 (cento e duas) turmas; localizado no município de Feira de Santana, do estado da Bahia. O estudo desenvolvido desde 2022, com a aplicação do questionário socioeconômico e cultural junto aos estudantes, o mesmo tornou-se a base de referência para a continuidade do estudo, a partir das primeiras informações coletamos e sistematizamos dados sobre matriculados no turno noturno, para retratar melhor a realidade da Unidade Escolar.

A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa foi de natureza quali-quantitativa, vez que envolve a dupla operacionalização de técnicas de quantificação de informações e de produção de interpretações, com base nas referências conceituais que orientam a pesquisa. A definição de pesquisa quantitativa apresentada por Richardson (1999, p. 70) estabelece que esse método é “frequentemente aplicado nos estudos que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos”. O emprego do método qualitativo, por sua vez, atribuiu sentidos aos dados selecionados, quantificáveis ou não. Neste método, as sínteses produzidas expressam as relações com as abordagens selecionadas, com vistas à levantamento de informações que permitem uma visão contextualizada da realidade e a apreender as múltiplas dimensões do fenômeno estudado (Triviños, 1992).

Em face dessas características a combinação de procedimentos quali-quantitativos nos pareceu o melhor desenho para a pesquisa, à vista da questão norteadora e dos objetivos traçados, os quais envolvem elementos complexos que não seriam suficientemente elucidados pela descrição dos dados.

Um dos motivos que reforça os procedimentos quali-quantitativos é saber que o Brasil tem 66,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais fora da escola sem concluir a Educação Básica. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, 11,4 milhões são analfabetas. Embora a demanda seja grande, a oferta da EJA vem encolhendo desde 2007. Esta queda pode ser verificada no locus da pesquisa no intervalo de 2022 a 2025, como mostra o quadro 1, abaixo.

Quadro 1 - Mapa de classes por ano, nº de matriculados turnos noturno, CIEAC, 2022-2025

CLASSES	NEM 1ª	EM 2ª	EM 3ª	EJA IV	EJA V	EJA VI	EJA VII	Total
2022	31	77	100	25	35	121	69	458



2023	X	30	35	X	29	99	30	223
2024	X	X	30	X	41	86	93	250
2025	X	X	X	X	X	60	80	140

Fonte: Sistema Integrado de Gestão da Educação – Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Legenda:

NEM = Novo Ensino Médio

EM = Ensino Médio

EJA IV = (6º e 7º ano) – EJA – Tempo Formativo I: segundo segmento

EJA V =

EJA VI = Etapa VI (1ª e 2ª série) EJA – Educação de Jovens e Adultos

EJA VII = 3ª série

Os sujeitos da pesquisados são os estudantes matriculados no turno noturno, especialmente os jovens, (pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade (art.1º § 1º Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2003 - Estatuto da Juventude, e também considerando o que diz o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), restringindo ao público de até 18 (anos) de idade. No entanto no ano de 2022, fora aplicado 149 (cento e quarenta e nove) questionário socioeconômico e cultural por amostragem às treze turmas, que compõe o turno noturno e totaliza 458 alunos matriculados, o resultado dar-nos uma visão geral do turno.

O Questionário Sócio-econômico-cultural utilizado neste estudo foi o misto contendo questões de respostas abertas e de respostas fechadas. Elencou-se neste questionário as seguintes categorias: 1 - Identificação dos participantes: Perfil psicológico, idade, bairro, estado civil, sucessão geracional, religião, convívio escolar, sexualidade, carreira profissional almejada, auto declaração de deficiência. 2 - Socioeconômico: Perfil financeiro da família e contribuição do participante nesta questão, situação de moradia, profissão dos pais; acesso digital. 3 - Cultural: Preferência de acesso digital, leitura, gosto musical. 4 - Violência: Violência do bairro, drogas; abuso sexual. 5 - Educacional: Preferências e dificuldades nas áreas de conhecimento, intervenção escolar na aprendizagem, reprovação, tempo de estudo, atividade extracurricular desenvolvida, motivação de estudo na UE. 6 - Relação família-escola: Escolaridade dos pais, relacionamento familiar, participação da família em reuniões da escola, interesse demonstrado pela vida escolar. Sendo que neste resumo tratamos com mais detalhes as duas primeiras categorias - 1 - Identificação dos participantes, 2 - Socioeconômico.

Os participantes se definem em sua maioria como pessoas otimistas (28%) e amigos de todo mundo (25%) estabelecendo um perfil psicológico de pessoas abertas ao conhecimento. A faixa etária predominante é a de 15-19 anos corresponde a 51,7% dos participantes; 20 a 24 anos, corresponde a 30%; 25 - 29 anos corresponde a 4,7%; no total 111 pessoas corresponde a 86,5% dos participantes são jovens. Desse modo, constata-se que o número de adultos matriculados (13,5%) é inferior aos jovens. Setenta e cinco (75) participantes, o que corresponde 51,7%, são solteiros sem compromisso amoroso com alguém; seguido pelos que namoram, 41 pessoas (28,3%); sendo noivo (a) 6 (4,1%). Quantos aos casados temos 11 (7,6%) e na condição de morar junto 12 (8,3%). Os que apresentam deficiência 4 (2,7%); e, a deficiência especificada é TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) 1 (0,7%). O que significa que se veem como saudáveis.

Construir uma sensibilidade positiva do que nos acontece é uma ação elementar de toda história de vida. Assim, conhecer os estudantes pode nos conduzir ao “pensar certo” sobre



os conhecimentos escolares a serem tematizados para uma prática pedagógica transformadora de contextos sociais excludentes em contextos dialógicos e emancipatórios.

Já mencionado em Reis e Santos (2023) os resultados que nos levam a análise quanto as condições sociais e ao mundo do trabalho pode-se citar:

Os dados revelados pelo questionário aplicado quanto a renda familiar dos participantes reafirma que são pessoas de baixo poder aquisitivo, pois 55% têm uma renda de até um salário mínimo; entre 1 a 2 salários 24%; entre 2 e 3 salários 10%; acima de 3 salários 7%; não respondeu 4%. Provavelmente, são pessoas que mantêm uma expectativa de mudança da condição social a partir dos estudos. A escola como uma possível porta de ascensão social.

Ao indagarmos sobre a ocupação dos pais constatamos que 43% são autônomos; 17% comerciários.

Mesmo com baixa renda 73,2% moram em casa própria, e 15,4 moram de aluguel, outros moram em casa de parentes.

A maioria dos participantes (42%) trabalham os dois turnos; 23% trabalham um turno; 3% não respondeu. [...]

Como mantenedora principal da família aparece em destaque a mãe (30%), o que nos leva a inferir a uma participação ativa das mulheres na família. O pai e o próprio participante aparecem cada um com a participação de 23%; seguidos por outros 16%; esposo 1%; avós 1%; irmãos 4%; madrasta/padrasto 1%; não respondeu 2% (Reis e Santos, 2023, p. 52 -53).

A juvenilização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) está diretamente ligada às mudanças no mundo do trabalho. Muitos jovens ingressam precocemente no mercado e, por isso, interrompem os estudos, buscando na EJA uma forma de concluí-los. A precarização e a informalidade do trabalho fazem com que esses estudantes enfrentem jornadas exaustivas, o que dificulta sua permanência na escola. Esse fenômeno também revela falhas do ensino regular e das políticas públicas que não atendem adequadamente os jovens trabalhadores. A EJA, nesse contexto, torna-se um espaço de resistência e reconstrução de trajetórias de vida. Contudo, enfrenta o desafio de equilibrar uma formação crítica e emancipadora com as exigências imediatas do mercado. Assim, a juvenilização da EJA reflete como as transformações laborais influenciam a educação, exigindo da escola práticas mais inclusivas e sensíveis à realidade desses estudantes.

Uma análise para o mundo do trabalho. Vemos o trabalho cujo princípio é a transformação do homem para que ele se integre à vida, ao mundo, enfim, às práticas sociais; parecem-nos que Arroyo (2012) lamenta por perdermos a oportunidade de educar a partir do trabalho cujo princípio é educativo. O trabalho como princípio educativo é uma das contribuições mais radicais do movimento operário dos trabalhadores para a história das teorias pedagógicas; é o elo perdido dos saberes docentes, mas também o elo a ser encontrado se a escola pretender alcançar os anseios dos estudantes que a tem como possibilidade de ascensão social.

O direito aos saberes das experiências do trabalho, onde o trabalho seja reconhecido como a origem do entendimento e do conhecimento da realidade humana, social, política, cultural, intelectual constituída pelo trabalho (Arroyo, 2012, p. 90) é uma condição prática para o momento de juvenilização da EJA. Podemos encontrar a escola com a diversidade



de processos de produção e formação, apontando o que já dizia Freire sobre a necessidade de reconhecer pedagogias específicas nas experiências sociais específicas.

Podemos afirmar junto com Arroyo que “[...] as teorias pedagógicas e didáticas oficiais ainda adotam posturas de estranhamento e distanciamento, até de condenação de Outras pedagogias e didáticas que vêm da diversidade de formas de produzir-nos humanos, pensantes, éticos, culturais que se dão na diversidade de formas de produção da vida material e do lugar nas relações sociais e políticas de produção, de existência. [...]” (Arroyo, 2012, p. 91). São reflexões que merecem uma discussão aprofundada da monopedagogia, das pedagogias libertadoras, da pedagogia da resistência.

Porque é essencial a compreensão sobre o princípio educativo no mundo do trabalho, a EJA não deve preparar tão somente para o mercado de trabalho, deve preparar também para o enriquecimento de oportunidade pessoal e profissional dentro de um cenário complexo das relações socioeconômicas. Porque o mundo do trabalho engloba uma vasta aparição de atividades humanas que contribuem para a produção social, cultural e econômica de uma comunidade; o mercado de trabalho é restrito à situação de força produtiva, isto é, a capacidade de ser mercadoria.

Como vemos a renda familiar dos participantes demonstra que são pessoas de baixo poder aquisitivo, motivo pelo qual a compreensão sobre o mundo do trabalho deve ser exercitada. Porque, provavelmente, são pessoas que mantêm uma expectativa de mudança da condição social a partir dos estudos. Nestas circunstâncias a escola deve-se dirigir à abertura de novas indagações sobre a relação de trabalho e de atuação social. Discutir no seu interior como melhorar as condições de inserção no mundo do trabalho, com melhoria de renda e formalização do emprego. Uma das estratégias para ampliar as oportunidades é integrar a EJA à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), prevista na Meta 10 do Plano Nacional de Educação.

Para quem vive em situação de vulnerabilidade, esses avanços podem significar deixar a informalidade, acessar benefícios trabalhistas e construir uma trajetória profissional mais estável. No Brasil, onde quase 60% dos jovens de 19 a 29 anos que não concluíram o Ensino Médio e não estudam estão na informalidade, conseguir um emprego formal representa proteção social, direitos garantidos e oportunidades concretas de mobilidade. Nessa perspectiva, vale ressaltar a importância da modalidade de EJA-EPT, que alinha a EJA com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), qualificando para o mundo do trabalho.

Ressoa em todos os cantos, nas vozes dos comprometidos com a EJA a necessidade de políticas públicas consistentes e contínuas para garantir que a modalidade cumpra plenamente seu papel transformador. O poder para os jovens trabalhadores que têm a posse de equipamentos, como nos dados da pesquisa, 94,6% possuem celular; seguido pela televisão 87,2%; aparelho de som 41,6%; computador 32,9%; DVD 15,4%. Tablet, ainda, é um equipamento caro para a maioria, apenas 6,7% o possui. No entanto, a posse dos equipamentos não asseguram conhecimento, e muito menos a inserção no mundo do trabalho, o que requer da escola novas práticas pedagógicas emancipadoras que avancem no conhecimento tecnológico humanizado.

Enfim, o momento não para continuar a redução de classes de EJA mas de ampliação da educação para todos, com conhecimento político e direito à participação na vida social e no mundo do trabalho. A realidade Centro Integrado de Educação Assis Chateaubriand nos leva a compreensão do direito à cidadania superando as mazelas sociais, do processo de conscientização do corpo docente em buscar aproximação com os estudantes.



A Educação de Jovens e Adultos vem ao longo do tempo passando por várias mudanças. Em se tratando do Centro Integrado de Educação Assis Chateaubriand, essa realidade mudou e vem mudando mais intensamente do início dos contágios da Covid-19, para cá.

O público da EJA tornou-se mais jovem. Estes jovens são oriundos das classes regulares do diurno. Por isso, muitas mudanças no trabalho a ser desenvolvido tiveram que ser pensadas e repensadas. Virando o responsável pelo sustento da família, os estudantes da EJA necessitam hoje de outros percursos formativos.

Levando-se em consideração o novo perfil dos estudantes dessa modalidade, vemos uma EJA no Centro Integrado de Educação Assis Chateaubriand buscando se rejuvenescer e adotar metodologias múltiplas, tecnológicas e humanas, para dar conta desse novo momento que requer acolhimento ao jovem e reorganização do trabalho curricular.

Os grandes desafios desse momento nos trouxeram de volta aos estudos, treinamento das equipes administrativas e pedagógicas para que os estudantes se sentissem confortáveis no ambiente escolar. Nessa trajetória, vimos que os alunos oriundos das classes de ensino regular do matutino e vespertino necessitavam de uma atenção para que pudessem descortinar essa realidade posta no novo caminho.

Assim, a EJA se inventa e reinventa traçando e redesenhando novos espaços formativos-sociais firmando seu papel na construção de uma sociedade responsável.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Juvenilização. Trabalho. Pandemia da Covid-19.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 13 jul. 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

REIS, Robson Ribeiro; SANTOS, Santos dos. A gestão da escola e os desafios enfrentados durante e pós-pandemia do Covid-19 na educação de jovens e adultos.

Revista Educação e Ciências Sociais, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 45–58, 2023. DOI: 10.38090/recs.2595-9980.v6.n10.16701. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/cienciassociais/article/view/16701>. Acesso em: 22 out. 2025.

RICAHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.